

**XVI
Seminario Internacional de la
Red Iberoamericana de Investigadores
sobre Globalización y Territorio**

Blumenau, Brasil, 2020
25 a 27 de noviembre

A implementação e construção de indicadores para avaliação da extensão

A experiência da Universidade Federal de Minas Gerais na alocação de vagas docentes

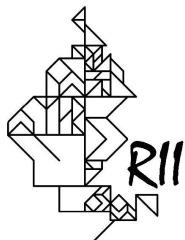
Valeska Cristina Barbosa, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau institucional, E-mail: valeconomia@hotmail.com

Denise Bianca Maduro Silva, Doutora em Educação e Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Minas Gerais, denisebianca@ufmg.br

Rodrigo Monteiro, Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas, E-mail: monteiros.adv@hotmail.com

Resumo

Desenvolver instrumentos para avaliação e colocá-los em prática tem sido um desafio para as universidades, o que justifica a necessidade de examinar como as instituições têm enfrentado essa dificuldade e como têm executado a avaliação de suas atividades. Com isso, o presente texto tem como objetivo analisar a experiência da UFMG na construção e



implementação de indicadores para avaliação, um processo que ocorreu nos anos de 2010 a 2013 e que perdura como fator decisivo para alocação de vagas docentes nessa Universidade até os dias atuais. O desenvolvimento de indicadores de extensão universitária parte da compreensão de que, alinhada às diretrizes nacionalmente consolidadas principalmente nas discussões do FORPROEX (2013), a avaliação das ações como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, deve buscar revelar as variáveis da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa; interdisciplinaridade; interação dialógica; impacto na formação do estudante, bem como impacto e transformação social.

Palavras-chave: Universidade; Extensão universitária; Avaliação.

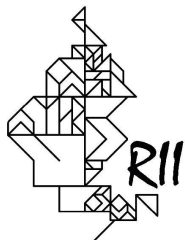
Implementation and construction Of indicators for extension evaluation

The experience of the Federal University of Minas Gerais in allocating teaching positions

Abstract

Developing instruments for evaluation and putting them into practice has been a challenge for universities, which justifies the need to examine how universities have faced this challenge and how they have carried out the evaluation of their activities. Therefore, the present text aims to analyze the experience of UFMG in the construction and implementation of indicators for evaluation, a process that occurred in the years 2010 to 2013 and that continues as a decisive factor for the allocation of teaching vacancies in this University until the present day. The development of university extension indicators is based on the understanding that, in line with nationally consolidated guidelines, mainly in FORPROEX discussions (2013), the evaluation of actions such as programs, projects, courses, events and service provision, should seek to reveal the variables of inseparability between extension, teaching and research; interdisciplinarity; dialogic interaction; impact on student education, as well as impact and social transformation.

Keywords: University; Extension University; Evaluation.

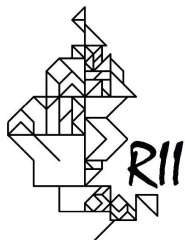


INTRODUÇÃO

O

Desenvolvimento de indicadores de extensão universitária parte da compreensão de que, devem estar alinhadas às diretrizes nacionalmente consolidadas, na dimensão para cada tipo de ação específica: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. Deve-se agregar na avaliação as variáveis descritas no manual FORPROEX (2013), resultado de muitas discussões nos fóruns de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, sendo as principais: 1) a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa; 2) interdisciplinaridade; 3) interação dialógica; 4) impacto na formação do estudante e; 5) impacto e transformação social.

A universidade pública brasileira é constitucionalmente caracterizada por três dimensões: o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, com a finalidade de produzir e disseminar o conhecimento de forma dialógica com a sociedade (BRASIL, 1988). As características interdisciplinares e dialógica da extensão universitária, que fazem parte e dialogam com instituições sociais complexas, se constituem por um agrupamento de capacidades, que abrangem várias áreas de conhecimento, de forma disciplinar e departamental, tornam assim, complexo o processo institucional de avaliação, requisito essencial para a gestão universitária e seus múltiplos objetivos, o que, no caso em análise, levou a mudanças significativas para o trabalho e o trabalhador na Universidade.

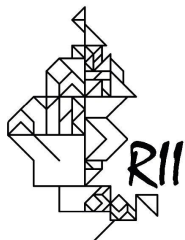


A avaliação tem apresentado grande desenvolvimento recente no Brasil, seja como mecanismo interno de eficiência e transparência, seja como condicionalidade por utilização de investimentos externos aos projetos sociais. Contudo, a efetiva utilização de seus resultados, de sua continuidade e de sua consistência metodológica é ainda um desafio aos gestores. Nas ações sociais, no âmbito da extensão universitária pública, existe ainda, como princípio da administração pública, a eficiência no uso de seus recursos, enfatizando a necessidade de uma avaliação institucional transparente e democrática.

Em muitas universidades, ainda é um desafio conhecer e caracterizar todas as atividades existentes de extensão, pelo tamanho e pelo cunho descentralizado de suas atividades acadêmicas. Outro desafio acontece pelas características indissociáveis das ações, ou seja, uma atividade quando é indissociável terá atos de ensino, pesquisa e extensão em suas ações, para a gestão da universidade ter conhecimento das ações de extensão ela precisa ser registrada em um banco de dados, como as ações obrigatórias dos docentes são registradas e contabilizadas por aulas dadas, a pesquisa e extensão apenas, são registradas quando são computadas para somar horas a carga de trabalho do professor ou para receber fomento para estas atividades, o que acaba ocasionando uma subnotificação das ações de extensão que são desenvolvidas na universidade.

Outra dificuldade comum, é a compreensão sobre o que é uma ação de extensão, que deverá seguir as diretrizes mínimas, como está vinculada à formação aluno, uma ação por si só que não contemple a formação e a missão de uma Universidade, pode descaracterizar a finalidade de uma instituição de educação, criando uma crise institucional, contudo ainda existe, entre muitos coordenadores de ações, um desconhecimento das características e formas de institucionalização das atividades de extensão, senão, voltemos ao conceito:

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de **extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista** de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos Universitária. (FORPROEX, 2007, p. 18. **Grifo nosso**).



Portanto, desenvolver instrumentos para avaliação da extensão apresenta muitas finalidades, e isso tem-se constituído num desafio para as universidades, que têm por missão institucional ampliar a avaliação, valendo-se de instrumentos capazes de dimensionar a necessidade de verificar como as universidades têm enfrentado esse desafio e de que maneira têm executado a avaliação de suas atividades.

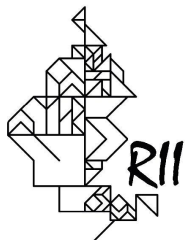
Sendo assim, a implementação, atualização e manutenção de instrumentos para avaliação sempre foram encaradas como um desafio prático para as universidades, dessa forma o presente estudo faz uma análise relativa à experiência da UFMG na construção e implementação de indicadores para avaliação, um processo que, embora tenha ocorrido nos anos de 2010 a 2013, perdura como fator decisivo para alocação de vagas docentes nessa Universidade até os dias atuais.

METODOLOGIA

Com a finalidade de relatar os achados da pesquisa, foi adotada uma organização didática do texto que compreendeu o seguinte: na primeira parte apresentamos uma breve revisão de literatura sobre a avaliação em políticas públicas, na educação superior e na extensão universitária, e sobre indicadores sociais e de extensão; na segunda parte, de posse desses pressupostos teóricos, nos debruçaremos sobre a experiência da UFMG na avaliação da extensão por meio da criação e implementação de indicadores, utilizando, para essa análise, do método de entrevistas, conquanto foram abordados, como colaboradores da pesquisa, os membros do corpo dirigente da UFMG e, em complemento, utilizamos também de pesquisa documental sobre o processo de criação e implementação dos indicadores; na terceira parte apresentamos uma breve conclusão sobre o tema, enfatizando a inovação institucional que os indicadores de Extensão representam, com destaque em suas implicações para o trabalho de docentes, técnicos e gestores universitários de forma geral.

AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

A avaliação da extensão universitária, enquanto uma ação de política social, tem várias finalidades, seja a prestação de contas, o fomento, o apoio e estímulo, incentivo a indissociabilidade ou o monitoramento. Deve ser contextualizada, para melhor orientar o planejamento e alcançar eficácia em suas funções gerenciais, pois, é condição imprescindível à administração definir a finalidade, determinar prioridades e o objetivo de suas ações e, assim gerir uma boa avaliação. As avaliações de políticas sociais, têm sido amplamente difundidas, debatidas e pesquisadas. Chianca (2001) destaca que, a avaliação sistemática ou formal nas



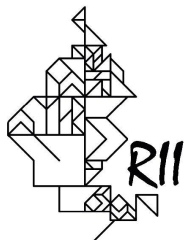
áreas sociais é recente como área de conhecimento específico, tendo seu grande desenvolvimento nas últimas quatro décadas, e acontece em diversos âmbitos, desde projetos de organizações não governamentais a órgãos e instituições públicas, como as universidades e, é influenciada por diversos fatores, sejam de natureza interna ou externa.

A avaliação surgiu a partir da evolução dos órgãos internacionais de financiamento e fomento ao desenvolvimento de ações de caráter social (BUARQUE, 1984), com crescente expansão na década de 1950, exigiam para esse fim os impactos dos projetos que seriam fomentados e, assim, necessitavam de avaliações detalhadas, com levantamento sistemático e a análise de informações da ação, com o objetivo de julgar a efetividade dos resultados esperados e auxiliar nas decisões quanto às futuras intervenções (UNESCO, 2009).

A avaliação prescinde escolha de critérios e julgamento de alternativas, evidenciando a subjetividade, o que a formalidade e o planejamento buscam diminuir ou manter em um padrão aceitável de acordo com a finalidade da avaliação. Chianca (2001) diferencia a avaliação formal e a informal, sendo a formal direcionada principalmente a questões essenciais para as decisões estratégicas da ação, sendo um processo sistemático, estruturado a partir de critérios que permitam julgamento de diferentes alternativas. Enquanto que, as avaliações informais são baseadas em percepções individuais de julgar e tomar decisões, ou seja, de avaliar principalmente questões ou decisões rotineiras, caracterizando como uma função básica do comportamento humano.

Um bom processo de planejamento contribui com o sucesso, a qualidade e a realização de uma avaliação adequada (CHIANCA, 2001). A avaliação das ações ou projetos é um instrumental importante para os processos pelos quais a política se consolida. Podemos dividir os tipos de avaliações em três momentos: 1) o planejamento (avaliação *ex-ante* ou marco zero), 2) o monitoramento (*ex-post* intermediária) e a 3) avaliação (*ex-post*). O planejamento busca a racionalidade e capacidade de se realizar a ação, a organização e planejamento das etapas, é a etapa anterior ao projeto, designada também como *ex-ante*; o monitoramento, deverá ser realizado durante o processo, poderá gerar readequação do projeto inicial; e a última etapa, ao término da ação, *ex-post*. (COHEN; FRANCO, 1993).

Da etapa 1, o planejamento, proporciona um planejamento adequado, de acordo com uma demanda social existente, buscando a focalização adequada do projeto e os recursos necessários. Esta etapa de estudo do projeto, de avaliação *ex-ante* é a mais importante, pois determina o grau de necessidade da sociedade e a viabilidade do projeto (Buarque, 1991). Permite a formação de um banco de dados inicial sobre o contexto, necessidades e condições básicas do público-alvo, além de



estabelecer parâmetros para futuras comparações dos resultados da ação (CHIANCA, 2001).

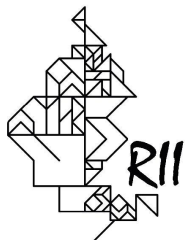
Na etapa 2, quanto ao monitoramento, possibilita o acompanhamento das atividades transcorridas, permite a readequação do planejamento, se necessário, a fim de alcançar os objetivos preestabelecidos ou mesmo alterá-los. Tem como objetivo abastecer os gestores de informações sobre a ação, a fim de modificá-la, se necessário, durante sua execução, solucionando problemas não previstos no planejamento, garantindo a possibilidade de acerto de direção para alcançar os resultados almejados inicialmente (CHIANCA, 2001).

A etapa 3, permite analisar os resultados e o impacto alcançados com a execução do projeto, alinhar políticas sociais e estimular projetos futuros. Essa fase tem o propósito de aprendizado para formulação de projetos semelhantes (COHEN E FRANCO, 1993), em alguns casos elaborar subsídios para a prestação de contas, em caso de recebimento de fomento externo. Acontece a partir de critérios determinados, julga o mérito e a relevância de uma ação, subsidiando decisões sobre sua continuidade, extensão ou descontinuação (CHIANCA, 2001). Quanto aos critérios de avaliação, utilizados na etapa 3, podemos dividi-los em quatro: 1) eficiência, que se refere aos custos econômicos da ação em relação aos seus resultados; 2) eficácia, refere-se à análise dos resultados previstos com relação aos alcançados; 3) efetividade, apresenta os resultados provocados pela intervenção e; 4) impacto, analisa as consequências que resultaram da ação de forma direta ou indireta podendo atribuir valor (MEIRELLES, 2004).

Modelos de avaliação mais recentes, diferente do modelo tradicional e prescritivo, buscam ser mais inclusivos, participativos, colaborativos, dialógicos e democratizantes, visando repensar os processos, as formas ou os estilos, baseados na triangulação de métodos, também conhecidos como vertente qualitativo-participativa Bosi e (MERCADO-MARTÍNEZ, 2011). Rico (1998) afirma que a avaliação não é atividade apenas técnica, mas também, uma atividade política e administrativa. Isso permite, efetivamente, cumprir um papel gerencial na busca de eficiência, inovação, controle público e focalização, o que pode gerar crescimento e desenvolvimento. É assim que a avaliação e seus instrumentos se apresentam para extensão, como oportunidade política e administrativa para melhoria da universidade pública, como discutiremos no próximo tópico.

AValiação DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A avaliação na educação superior brasileira teve grande influência do mercado, e seguiu a lógica da produtividade das empresas, com modelos de avaliação nas

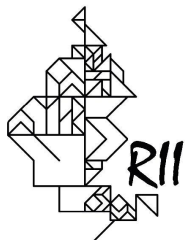


instituições de “função de controle” e a “função de qualidade”, resultando na comparação de resultados, sem levar em conta realidades diversas, o que tem provocado incertezas sobre a objetividade das informações coletadas, como sendo algo apenas de controle e regulação (OLIVEIRA, 2009). Essa avaliação implementada por órgãos governamentais, marcadamente mercadológica, apresenta uma contradição ao modelo de avaliação defendida pela comunidade acadêmica comprometida com o sentido público e social da universidade. No entanto, na perspectiva da representatividade social, a avaliação pode ter, ainda, um outro sentido político: o intuito de justificar a necessidade da universidade pública, resgatando a sua credibilidade e a prestação de contas à sociedade dos recursos públicos utilizados e assim, buscando-se evitar sua privatização, perspectiva que orienta as tendências do cenário político desde o início dos anos 2000 (DIAS SOBRINHO, 2003).

A transformação da educação superior numa mercadoria educacional é um objetivo de longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado atualmente em curso. Desde 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide da organização mundial do comércio no âmbito do acordo geral sobre o comércio de serviços (GATS). A educação é um dos doze serviços abrangidos por este acordo e o objetivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais. (SOUZA SANTOS, 2008, p.32)

A inculcação ideológica serve-se de análises sistematicamente enviesadas contra a educação pública para demonstrar que a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que a sua conversão em mercadoria educacional decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo, enquanto organizador de relações sociais, e da superioridade dos princípios da economia neoliberal para potenciar as potencialidades do capitalismo através da privatização, desregulação, mercadorização e globalização. (SOUZA SANTOS, 2008, p.31-32).

Ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, a educação superior passou a possuir vários mecanismos de controle e avaliação, entre os quais o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e vários outros promovidos pelo Ministério da Educação (MEC), em sua grande maioria relacionados à pesquisa e ao ensino. Nas universidades públicas, como diretriz política, a extensão tem historicamente se comprometido com a diminuição das desigualdades sociais, porém, falta



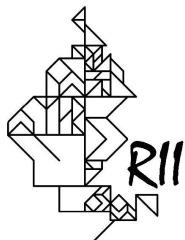
informação que demonstre o impacto deste tipo de ação (VASCONCELLOS, 2004), essa realidade intensifica a necessidade de avaliação da extensão universitária.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto pela Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003, foi instalada pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, com o objetivo de “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (SINAES, 2003, p. 8). Alguns princípios e diretrizes de referência para a Comissão Especial

- a) análise e diagnóstico dos instrumentos, procedimentos e quadro normativo de avaliação e regulação da Educação Superior vigentes; b) proposta de reformulação dos processos, instrumentos e políticas de avaliação e de regulação da Educação Superior. (SINAES, 2003, p. 9).

O Sinaes propõe uma avaliação institucional integrada por diversos instrumentos entre eles destacam-se: a) Auto avaliação – conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação); b) Avaliação externa; c) Censo da Educação Superior; d) Cadastro de cursos e instituições (SINAES, 2003). Apesar do Sinaes possuir instrumentos de auto avaliação e avaliação externa, e ser um grande marco na gestão para avaliação da educação superior do país, ele não avança muito na criação de indicadores para a extensão universitária, o que percebemos é que falta um marco legal para orientar e definir a extensão, a fim de estabelecer uma relação destas ações com a missão da educação superior, caso contrário, qualquer coisa que não seja pesquisa e ensino poderá ser considerado extensão, sem criar um vínculo com as diretrizes básicas da extensão e a missão institucional da universidade.

Os indicadores de extensão, são um instrumento para avaliação e subsídio de políticas públicas em educação superior, além de subsidiar a gestão interna. A expansão do uso dos indicadores sociais no Brasil aconteceu em meados dos anos 1960, a partir da necessidade da análise das transformações e dos impactos das políticas sociais, em uma época que se buscou demonstrar que, o crescimento econômico poderia não estar gerando a melhoria esperada das condições sociais da população, e os indicadores utilizados como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* mostravam-se inadequados para medir o bem-estar social (JANNUZZI, 2006). O indicador social segundo Jannuzzi (2006), passou por um desenvolvimento contínuo, conceitual e metodológico, como forma de monitoramento do bem-estar e das mudanças sociais, permitindo uma análise informacional da realidade mais contextualizada e passível de comparação do contexto social, vejamos algumas definições:

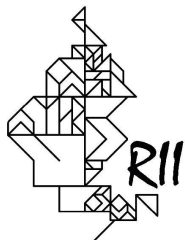


Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2006, p. 15).

Assim, indicadores são mecanismos de aproximação da realidade, em que construímos instrumentos para captar esse processo, que está em constante transformação. Baseiam-se na identificação de uma variável, ou seja, algum aspecto que varia de estado ou situação, variação essa que consideramos capaz de expressar um fenômeno que nos interessa (ZIVIANI; MOURA, 2008, p.3).

É um recurso utilizado para tornar concreta uma ideia abstrata ou um conceito importante da realidade de uma família, um grupo, uma região, etc; posto que se trata de uma medida geralmente quantitativa e sintética cujo objetivo é substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato que “traz informações sobre aspectos da realidade social e indica mudanças que estão acontecendo” (PNUD, IDHS-PUC-MINAS, 2005, p. 11). Podem ser empregados no processo de análise, formulação e implementação de políticas. Para isso é necessário, quando da sua construção, que se utilizem propriedades adequadas e desejáveis que, ao julgar a sua eficácia e o seu sentido, atendam aos objetivos propostos. Ainda, a eficácia dos indicadores dependerá do alcance dos atributos comparabilidade, confiabilidade, padronização e periodicidade, que estão interligados, uma vez que a periodicidade na coleta e a sistematização dos dados são essenciais para processar a comparabilidade e, por sua vez a confiabilidade está fortemente relacionada à padronização, já que a qualidade da fonte e origem dos dados interferem diretamente nos padrões (ZIVIANI E MOURA, 2008).

Os indicadores de extensão para as universidades e institutos federais, têm sido amplamente discutidos e consolidados pelo Forum de Pró-Reitores das instituições públicas - FORPROEX (2007), como forma de institucionalizar e reconhecer as atividades de extensão, tanto no âmbito de cada instituição, quanto nacional. Porém, a utilização desses indicadores tem acontecido conforme a capacidade e a organização de cada universidade. Desenvolver instrumentos para avaliação e colocá-los em prática tem sido um desafio, o que justifica a necessidade de verificar como as universidades têm enfrentado esse problema e como têm executado a avaliação de suas atividades. Neste sentido descrevemos, a seguir, a experiência da UFMG na avaliação e na composição de indicadores de extensão para a alocação de vagas docentes, ou seja, como a Universidade planejou a incorporação desses indicadores a outros já existentes, que determinam a promoção de novos concursos públicos para contratação de professores.



INTERFACES DA DISCUSSÃO SOBRE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO PARA A GESTÃO DA UFMG

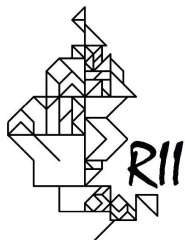
Ainda que, a extensão esteja constitucionalmente entre as funções da universidade, há poucos parâmetros nacionais para sua avaliação e conceituação. Apesar da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) determinar em seu Artigo 207 que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O que se destaca em âmbito nacional, é uma preocupação política de se avaliar a pós-graduação e a graduação, onde, embora contemple de certa forma a extensão, não há uma sistemática estabelecida para sua avaliação, inclusão e valorização. “É necessária uma clareza maior com relação aos tipos de indicadores para se avaliar a extensão” afirma membro da Diretoria de Avaliação Institucional da UFMG (entrevistado). O SINAES¹ - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - e a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – apresentam uma política de avaliação da educação superior que é insuficiente para se avaliar a extensão. Não há um critério nacional, que possibilite comparar instituições. A avaliação da extensão, segundo o entrevistado, possui um conceito complicado, porque é polissêmico, que é o conceito de qualidade. O que é qualidade da extensão? Qualificar para que a extensão seja um exemplo para discutir os indicadores, diz o entrevistado, constituir indicadores do como e do por quê das ações. Nesse sentido não é a extensão sozinha que definirá os seus rumos, uma vez que está num contexto institucional. Se a instituição pretende uma direção, pensemos o que é preciso fazer do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da extensão. A UFMG é uma instituição que, *a priori*, faz ensino, pesquisa e extensão concomitantemente. O direcionamento para a Universidade está, por exemplo, nas atas dos conselhos, do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e do Conselho Universitário, no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) a partir de 2008, e no Projeto Pedagógico Institucional.

Buscando compreender diferentes interfaces da avaliação da extensão, ouvimos um membro do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- (órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão), sobre os critérios para alocação de vagas docentes, um dos principais recursos da Universidade, e a inclusão, em 2011, de indicadores de extensão dentre esses critérios. Segundo o entrevistado, a função do indicador é fazer uma inflexão,

¹ Fazem parte do SINAES a avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o exame nacional de avaliação dos estudantes – ENADE.

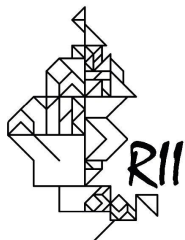


ainda que imperfeita, entre o efeito desejado e a ação de se fazer uma alocação de recursos. “Você tem que saber qual o efeito do recurso colocado numa coisa ou em outra para poder escolher adequadamente o que fazer. (...) Se ela [a Universidade] quer ter um resultado em maior, ou melhor grau do que ela fazia antes, ela tem que de alguma maneira medir isso.” Medir para fazer melhor ou maior, para se aperfeiçoar. As funções exercidas pelos docentes são recursos da Universidade, e é um recurso precioso e caro para a Universidade. Assim, com os indicadores para alocação de vagas docentes, almeja-se que seja feita uma distribuição deste recurso, da força de trabalho do docente, com efeito positivo sobre a Instituição, afirma o entrevistado.

Indicadores para objetivos múltiplos, de atores com distintos interesses, de setores diferentes da sociedade é algo complexo: “não pode querer ser um retrato fiel daquilo que a gente gostaria que ocorresse pela inviabilidade disso, e não pode ser também uma coisa super simplificada que deixe de ter qualquer correlação com o que a gente gostaria.” O indicador deve representar o equilíbrio entre o retrato do complexo e o simples inteligível às partes. Os indicadores também se justificam para que as pessoas que estão participando do processo consigam entender o que está sendo medido e como atingir os objetivos. “O indicador expressa o que a Universidade sinalizou que deveria ser melhorado e quando as pessoas perseguem individualmente aquele objetivo, significa que há uma possibilidade concreta de melhora do todo”, argumenta o entrevistado.

Desde o final da década de 1980, a UFMG começou a trabalhar os indicadores: “Basicamente os indicadores mediam o número de horas/aula média entre os docentes dos departamentos [como] um jeito de alocar a força de trabalho docente que suporia que todo mundo dá igual tempo à universidade e todos teriam igualmente, que desenvolver as outras atividades. É algo para uma universidade em que todos os departamentos fossem muito produtivos, onde todo mundo produzisse o mesmo tanto, e aí não cabe comparar um ou outro, todos são muito bons. (...) Ou indo ao extremo, uma universidade que (..) só dá aula, então a medida hora/aula é igual para todo mundo, ninguém está fazendo nada com o resto do tempo, também não é justo. Felizmente a UFMG não está no último caso e infelizmente não está no primeiro. Então é algo que ainda faz sentido: você gerar algum tipo de indicação de que tem um rumo a ser perseguido que é melhor que outro.” Outro indicador utilizado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 era o indicador de qualificação docente. Hoje, quase a totalidade dos docentes são doutores. Segundo “UFMG em números” (ano base 2010), são 2.743 professores ativos, sendo 2.267 doutores e livre docentes.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, se fizeram necessários outros indicadores, começou a utilizar como critério de produção e divulgação do



conhecimento indicadores como: número de artigos por docente, número de orientações de doutorado e mestrado por docente, etc. Ao longo dos anos 2000, surgiram dificultadores para a comparação, como a cada vez maior aproximação dos índices. Em 2006, o CEPE recomendou a criação de uma comissão para gerar novos indicadores para a alocação de vagas aos departamentos. Em 2008, novas regras foram aprovadas e aplicadas com ajustes e adequações das fórmulas. Apenas, em 2010 houve o mais recente ajuste, com a inclusão da extensão.

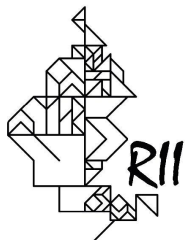
Segundo o entrevistado, como o ensino, a pesquisa e a extensão têm sido incorporadas ao processo de alocação de vagas docentes tem relação com o apelo histórico para que essas dimensões fossem avaliadas: pelos órgãos financiadores para distribuição de recursos para pesquisa; pelo MEC, por meio do número de formandos, para avaliação dos cursos de graduação; ou pelo sistema de credenciamento da CAPES para ranking dos cursos de pós-graduação. Historicamente, a extensão era a porta de contato da Universidade com outros setores da sociedade, sendo, portanto, uma relação flexível, aberta a diferentes significados, não havendo uma circunstância histórica que determinasse a avaliação da extensão.

A avaliação da extensão incorporada atualmente para alocação de vagas docentes são medidas de tamanho e não qualitativas. São dimensões de ordem prática, sendo, por isso também, dimensões que as pessoas conhecem e compreendem. Partir da prática auxilia a construir o refinamento, em um processo de transição, para que se incorporem dimensões mais qualitativas. Ter consciência de que faltam outras dimensões, de que podem vir a ser incorporadas outras medidas, já é um adiantamento do processo de sofisticação dos indicadores, finaliza o entrevistado.

A atividade docente extensionista envolve recursos financeiros, e estão ocasionando resultados em alguma direção. Será essa a melhor direção? Para responder a essa pergunta no que tange à extensão é preciso registrar, medir e avaliar o que se tem feito na universidade, ao mesmo tempo em que se pondera sobre onde almejamos chegar com o esforço empreendido.

Quanto ao processo de implementação de indicadores e avaliação da extensão na UFMG, em 2009 foi inaugurado o novo Sistema de Informação da Extensão – SIEX/UFMG – este sistema permite o registro das atividades de extensão, cadastro e gerenciamento de dados pelos coordenadores das ações, Centros de Extensão das Unidades e pela Pró-Reitoria de Extensão. O SIEX/UFMG² também é acessível ao público externo para consulta às ações de extensão, dando maior publicidade e

² Site: <https://sistemas.ufmg.br/siex/>.



permitindo a visibilidade desse universo de ações e atividades que cotidianamente são realizadas³. O desenvolvimento e a implantação do SIEX/UFMG permitiram que fossem desenvolvidos novos critérios avaliativos para a Extensão, dentre eles os indicadores que são extraídos dos dados nele registrados.

A inclusão de critérios relativos aos indicadores de Extensão para distribuição de vagas de magistério às Unidades / Departamentos / Setores, foi aprovada em 05 de outubro de 2010, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE- da UFMG. A inclusão dos indicadores destaca a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e auxilia na busca da isonomia na valorização do trabalho relacionado a tais atividades. Foram aprovados os seguintes indicadores:

1) Percentual de professores do departamento que se dedicam às ações de extensão

Caracterização: número de professores do departamento que se dedica às ações de extensão em relação ao número total de professores da UFMG que se dedica às ações de extensão.

2) Programa

Caracterização: Número de programas de extensão desenvolvidos pelo departamento, em relação àqueles desenvolvidos por toda a UFMG, ponderados por suas características próprias, como indicador do tempo de dedicação e o comprometimento dos docentes em relação às diretrizes de extensão.

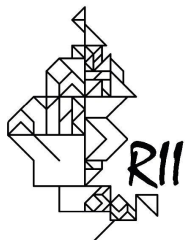
3) Outras ações de extensão: Projetos, cursos, Prestação de Serviços e Eventos

Caracterização: Número de projetos, cursos, prestação de serviços e eventos desenvolvidos pelo departamento, em relação àqueles desenvolvidos por toda a UFMG, ponderados por suas características próprias, como indicador do tempo de dedicação e o comprometimento dos docentes em relação às diretrizes de extensão.
(Fonte: UFMG / PROEX, 2010a.)

Um fator importante é que, a pontuação das ações de extensão terá peso diferenciado de acordo com suas características e sua incidência nas diretrizes de extensão, que são:

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: reafirma a extensão como processo acadêmico, em que toda ação de extensão deve estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se a possibilidade

³ Na UFMG as ações de extensão se categorizam por projetos, programas, eventos, prestações de serviço e cursos.



da participação da extensão universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão por meio da creditação curricular.

Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada dos movimentos de superação de desigualdades e da exclusão social e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

Impacto sobre a formação discente: As atividades de extensão, indissociáveis do ensino e da pesquisa, constituem decisivos aportes à formação discente seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que reafirma os compromissos éticos e solidários da Universidade.

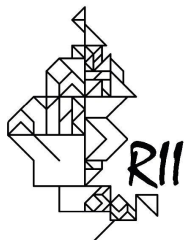
Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.

(UFMG / PROEX, Manual SIEX, item 2, 2012.)

Na busca por atender às diretrizes de extensão, o documento que propõe os indicadores de extensão, e que foi referendado pelo CEPE, aponta que serão considerados:

- i. a participação do aluno como indicador da diretriz impacto na formação do discente;
- ii. o caráter interdepartamental / interunidades como indicador da diretriz interdisciplinaridade;
- iii. a coordenação de programas de extensão será valorizada atribuindo-se pontos aos departamentos dos coordenadores;
- iv. o número de ações vinculadas⁴ – projetos, cursos, eventos, etc – como indicador da diretriz articulação de ações;

⁴ No caso de programas, no caso de outras ações de extensão: “sua vinculação a programas e/ou projetos”. (Fonte: UFMG / PROEX, 2010a)



v. a existência de produtos acadêmicos produzidos no âmbito do programa de extensão, utilizados em sua execução ou que divulguem seus resultados.

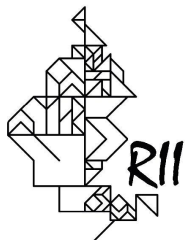
(Fonte: UFMG / PROEX, 2010a)

Quanto as características das ações de extensão, o documento indica que se pontue levando em conta: no caso de curso, o “equivalente aluno” (carga horária do curso x número de concluintes); no caso de eventos, sua duração em dias de realização; para prestação de serviços fala-se em distingui-las e ponderá-las diferentemente em função de sua natureza institucional ou contratual. Essas características e medidas das ações de extensão, em específico, já estavam presentes em definições apresentadas pelo Forproex (2007).

O documento elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão (2010), estabelece ainda, como indicadores: (1) incentivar a incorporação de uma maior proporção de docentes no desenvolvimento dessa dimensão acadêmica; (2) maior estruturação orgânica e articulação das atividades de extensão pelo incentivo à agregação da atividade de extensão em torno de programas de extensão; e (3) que a atividade de extensão seja mensurada e crescentemente qualificada. Assim, objetiva-se com a formulação de indicadores de extensão induzir transformações na realidade da extensão na UFMG.

No primeiro eixo estratégico da proposta aprovada, o indicador implementado foi relativo à proporção de docentes exercendo a atividade de extensão em cada departamento. O processo de criação e implementação de indicadores de extensão, especialmente para atender os dois últimos eixos da proposta, permitiu que se iniciasse também um processo de crescente qualificação do registro das ações de extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão realizou encontros com as unidades acadêmicas, em outubro de 2010, para apresentar a proposta de indicadores de extensão e as inconsistências mais comuns nos dados registrados no SIEX/UFMG, o que poderia comprometer a avaliação do próprio departamento. À época foram ressaltadas inconsistências no Sistema de Informação da Extensão tais como: projetos registrados como programas, programas sem ações vinculadas, cursos registrados como eventos, ausência de registro de resultados atingidos, não atualização da equipe de trabalho, registros duplicados, adequação das áreas e linhas temáticas, o não registro da participação de estudantes, o não registro das bolsas de extensão concedidas, assim como o baixo índice de produtos registrados. Coordenadores de ações, chefes de departamentos, coordenadores e funcionários de CENEX e Diretores de Unidades foram mobilizados a realizar alterações no SIEX



que permitissem obter informações sobre os departamentos que subsidiassem a formulação dos indicadores (UFMG / PROEX, 2010b).

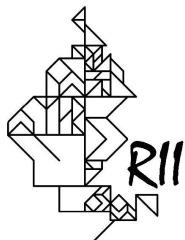
Na busca por corrigir as inconsistências apresentadas pelo sistema, nos anos de 2011 e 2012, também foram realizadas alterações conceituais e operacionais. Em parceria com a comunidade acadêmica foram discutidas as ações de extensão em consonância com as regulamentações internas, legislações de âmbito nacional e as definições do FORPROEX. Como estratégia para o fortalecimento institucional da extensão universitária, foram realizados treinamentos, capacitações e seminários sobre a importância e ferramentas para a avaliação e o monitoramento da extensão. Modificações no próprio sistema SIEX, também visaram o aprimoramento do Sistema e a formatação para elaboração dos relatórios necessários à construção dos indicadores. Assim, “É um esforço concentrado para aperfeiçoar o SIEX como ferramenta de fornecimento de dados que comporão índices por departamento para a creditação da sua participação na extensão universitária, tendo em vista o plano de alocação de vagas docentes na Universidade”, destacou a Profa. Efigênia Ferreira e Ferreira, Pró-Reitora de Extensão (Boletim UFMG, em 27 de fevereiro de 2012).

Avaliar a extensão na UFMG como expressão da avaliação da política pública educacional possibilita perceber omissões e equívocos, corrigir desvios, estabelecer metas e ações, tomar decisões, aprimorar a qualidade e relevância acadêmica e social da Universidade. Monitoramento e avaliação se comportam como bússola orientadora na correção de rotas e avanços da política.

QUESTÕES CONCLUSIVAS

Qual o sentido da extensão? Qual o sentido pactuado e requerido pela UFMG do esforço de seus recursos humanos e materiais? Qual o sentido institucional que se quer dar para a extensão da UFMG?

Incluir a extensão como uma das medidas válidas para definição de rumos da Universidade contribui para assegurar a busca pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, para perseguir a extensão como uma das funções da Universidade, é necessário mensurá-la e avaliá-la, por outro lado, isso passa por processos de institucionalização e de registro. Institucionalizar e registrar são ações individuais e coletivas, significando a mediação entre o fazer da extensão e sua conceitualização, entendendo que a prática sem direção não é extensão e a extensão sem a prática não existe, ao mesmo tempo em que essa prática acadêmica somente é possível na relação intrínseca com o ensino e a pesquisa. Porém, isso não pode significar o desconhecimento da identidade



própria da extensão, com características, fazeres, resultados e produtos que lhes são peculiares, qualificados e politicamente definidos. Valorizar esse fazer extensionista e perceber a extensão como dimensão indissociável do ser universidade passa, necessariamente, por incluí-la na definição dos rumos da Universidade, o que inclui a definição da alocação de vagas docentes.

Ao monitorar e avaliar a extensão a gestão gera inovação institucional por meio de indicadores objetivos para alocação de vagas docentes. Numa análise política-institucional, a extensão se insere efetivamente na estrutura organizacional da Universidade. Essa inovação institucional tem três implicações: na cultura institucional; nos comportamentos das pessoas por meio da introjeção de valores sobre a extensão; e nos procedimentos administrativos.

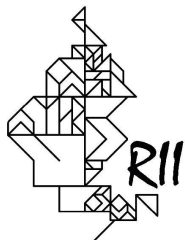
A expectativa é que seja um processo contínuo e formativo, com capacidade de gerar consensos, de alimentar e construir coletivamente instrumentos fidedignos de avaliação da extensão. É importante para melhoria não só dos registros, mas também da gestão das próprias ações de extensão que têm que se repensar nesse processo de adequação. O registro criterioso e o acompanhamento das ações de extensão permitem que se tenha a dimensão exata do tamanho da extensão, suas especificidades, princípios e prioridades, permitindo também a criação e execução de processos de gestão adequados e compatíveis com a sua natureza.

Os indicadores de extensão da UFMG proporcionam uma medida válida, inteligível à comunidade, abrangendo todas as ações de extensão registradas e atualizadas anualmente dentro de um processo contextualizado de participação e formação dos sujeitos que fazem a extensão. A construção e implementação de indicadores de extensão tem potencialidade para transformá-la e aprimorá-la, e, portanto, melhoram a Universidade como um todo. É uma inovação institucional que pode abrir caminhos para discussão com outras Instituições de Ensino Superior, o FORPROEX e o MEC.

REFERÊNCIAS

BOSI, Maria Lucia M.; MERCADO-MARTÍNEZ, Francisco J. Avaliação de políticas, programas e serviços de saúde: modelos emergentes de avaliação e reformas sanitárias na América Latina. In: CAMPOS, Rosana Onocko; FURTADO, Juez Pereira. **Desafios da avaliação de programas e serviços em saúde: novas tendências e questões emergentes**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 180p., 1988.



BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 8. ed., 1984.

CHIANCA, Thomaz. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Org. Edison José Corrêia. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

MARCOVITCH, Jacques. **A informação e o conhecimento**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 4, out. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200200040002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2011.

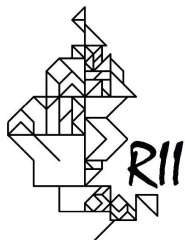
MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz. **O papel da universidade na interação com a sociedade**. Administração no Milênio, Porto Alegre, v. 7, p. 18-18, 15 abr. 2004.

OLIVEIRA, Teresinha Rodrigues de. **Diferenças e convergências dos processos de avaliação da educação superior na Argentina, Brasil e Uruguai: uma perspectiva comparada**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IX, 2009, Florianópolis. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1060.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PNUD. **Indicadores de pobreza e desenvolvimento humano: uma introdução**. Belo Horizonte: PNUD: IDHS/PUC-Minas, 60 pp., 2005.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade nova**. São Paulo: Cortez Editora; 2008.



Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (2003). **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Sistema+Nacional+de+Avali+a%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+%28Sinaes%29+bases+para+uma+nova+proposta+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior/04b7d252-20dc-44b3-a20c-d79b44ef54c7?version=1.0>. Acesso em: 10 ago. 2020.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Guia para monitoramento e avaliação de projetos baseados em comunidades.** [S.l.]: [s.n.], 2009.

Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG) - Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). **Proposta de indicadores de extensão:** para compor um conjunto de indicadores de produtividade acadêmica dos departamentos para alocação de vagas docentes. Documento PROEX, 2010a.

Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG) - Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). **Indicadores de Extensão:** índices para composição de indicadores de produtividade acadêmica dos departamentos para alocação de vagas docentes. Documento PROEX, 2010b.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Ata da reunião ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão:** realizada em 05 de outubro de 2010 (N. 288). Disponível em: http://www2.ufmg.br/sods/content/download/1195/10365/version/2/file/7_ordi+n%C3%A1ria+05-10-10.PDF. Acesso em 11 de junho de 2012. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Mais precisão para registrar: Pró-reitoria de Extensão mobiliza esforços para melhorar qualidade das informações que alimentam o SIEX. Boletim UFMG, nº 1764 - Ano 38, 27.2.2012. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1764/6.shtml>. Acesso em: 11 de junho de 2012.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **O que é avaliação institucional?** Acesso em: <http://www.ufmg.br/avaliacaoinstitucional/oquee.htm> acessado em 11 de junho de 2012.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **UFMG em números** (ano base 2010). Disponível em: http://www.ufmg.br/conheca/nu_index.shtml. Acesso em: março de 2012.

Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Pró-Reitoria de Extensão. (PROEX) **Manual SIEX.** Disponível em: http://www.ufmg.br/proex/arquivos/manual_siex_ufmg.pdf. Acesso em 11 de junho de 2012.



VASCONCELLOS, Lígia. Economia da educação. In: ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ZIVIANI, Paula; MOURA, M. A. **A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ECA/USP, 2008.